

Guilherme de Souza Nucci

Manual de Direito Penal

10.^a edição
revista, atualizada
e ampliada



RIO DE JANEIRO

☒ A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

☒ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by
EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

☒ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

☒ A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 10.^a edição.

☒ Capa: Danilo Oliveira

☒ CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza

Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2014.

Bibliografia
ISBN 978-85-309-5389-8

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil 3. Direito penal. I. Título.

13-07775

CDU: 343.1(81)

Sumário

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal.....	3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo	3
3. Política criminal	4
4. Criminologia	5
5. Bem jurídico	5
Síntese	8

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIAS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.....	9
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil	17
Síntese	18

Capítulo III
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância.....	19
1.1 Princípios regentes	19
2. Princípios de direito penal.....	20
2.1 Constitucionais explícitos.....	20
2.1.1 Concernentes à atuação do Estado	20
2.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal)	20
2.1.1.2 Anterioridade	21
2.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica	21
2.1.1.4 Humanidade.....	21
• Ponto relevante para debate:	
A prisão no Brasil e a humanidade.....	22
2.1.2 Concernentes ao indivíduo.....	23
2.1.2.1 Personalidade ou da responsabilidade pessoal	23
• Ponto relevante para debate:	
A pena de multa após a morte do condenado.....	23
2.1.2.2 Individualização da pena.....	24
2.2 Constitucionais implícitos.....	25
2.2.1 Concernentes à atuação do Estado	25
2.2.1.1 Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade	25
2.2.1.2 Taxatividade	27
2.2.1.3 Proporcionalidade	28
2.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	29
2.2.2 Concernente ao indivíduo	29
2.2.2.1 Culpabilidade	29
• Ponto relevante para debate:	
A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal.....	30
Síntese	31

Capítulo IV
FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal	33
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal	36
1.2 Costume e fonte do direito penal	36
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal	36
2. Interpretação e integração no direito penal	37
Síntese	40

Capítulo V
LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade	41
1.1 Origem histórica	42
1.2 Legalidade e garantismo penal.....	42
1.3 Legalidade material e legalidade formal	42
2. Conceito de anterioridade	43
3. Extensão da palavra <i>crime</i>	43
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança	43
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	44
Síntese	47

Capítulo VI
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo	49
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)	50
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in melius</i>).....	51
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>)	51
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis	51
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu	53
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica	54
5. Crime permanente e lei penal benéfica.....	55
6. Crime continuado e lei penal benéfica.....	56
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica	56
8. Leis intermitentes.....	57
8.1 Extensão e eficácia.....	57
• Ponto relevante para debate:	
A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal	58
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência.....	60
Síntese	63

Capítulo VII
TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime.....	69
2. Alcance da teoria da atividade	69

3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	70
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	70
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP.....	71
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas.....	71
Síntese.....	71

Capítulo VIII

APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade.....	73
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço.....	73
3. Conceito de território e seus elementos.....	74
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	74
3.2 Espaço aéreo.....	74
3.3 Mar territorial brasileiro.....	75
4. Território brasileiro por equiparação.....	75
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	76
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	76
5. Critérios para a extraterritorialidade.....	77
5.1 Crítica à extraterritorialidade incondicionada.....	77
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	78
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	79
5.4 Condições para a extraterritorialidade.....	80
6. Extradicação.....	80
6.1 Espécies de extradicação e fonte legislativa.....	81
6.2 Requisitos para a concessão.....	81
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal.....	86
8. Outras exceções à regra da territorialidade.....	86
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	87
8.2 Imunidades diplomáticas.....	88
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade.....	88
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas.....	89
8.3 Imunidades consulares.....	90
8.4 Imunidades parlamentares.....	91
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva.....	91

8.4.2	Características da imunidade substantiva.....	92
8.4.3	Características da imunidade processual.....	94
8.5	Outras imunidades e foros privilegiados.....	95
8.5.1	Deputados estaduais.....	95
8.5.2	Vereadores.....	95
8.5.3	Advogados.....	96
8.5.4	Prefeitos.....	97
9.	Direito penal internacional e direito internacional penal.....	97
	Síntese.....	98

Capítulo IX

EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	101
2.	Hipóteses para a homologação.....	102
2.1	Reparação civil do dano causado à vítima.....	102
2.2	Aplicação de medida de segurança.....	102
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	102
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação.....	103
	Síntese.....	103

Capítulo X

CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1.	Prazos penais e processuais penais.....	105
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	106
3.	Frações não computáveis da pena.....	106
	Síntese.....	106

Capítulo XI

CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1.	Conceito.....	109
2.	Critério da sucessividade.....	110
3.	Critério da especialidade.....	110
4.	Critério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	112
5.	Critério da absorção (ou consunção).....	112
6.	Critério da alternatividade.....	113
	Síntese.....	114

Capítulo XII

CRIME

1. Conceito de crime.....	119
1.1 Conceito material.....	119
1.2 Conceito formal.....	120
1.3 Conceito analítico.....	120
2. Diferença entre crime e contravenção penal.....	124
3. Sujeitos e objetos do crime.....	125
3.1 Sujeito ativo.....	125
• Ponto relevante para debate:	
A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime.....	125
3.2 Sujeito passivo.....	127
3.3 Objeto do crime.....	128
4. Classificação dos crimes.....	128
4.1 Crimes comuns e próprios.....	128
4.2 Crimes instantâneos e permanentes.....	130
4.3 Crimes comissivos e omissivos.....	131
4.4 Crimes de atividade e de resultado.....	132
4.5 Crimes de dano e de perigo.....	132
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos.....	133
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos.....	133
4.8 Progressão criminosa.....	134
4.9 Crime habitual.....	134
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	136
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	136
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas).....	136
4.13 Crimes remetidos.....	136
4.14 Crimes condicionados.....	137
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento).....	137
Síntese.....	137

Capítulo XIII

TIPICIDADE

1. Apresentação.....	143
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura.....	144
2.1 Elementos do tipo penal incriminador.....	145
2.2 Classificação do tipo.....	146
3. Conceito de conduta penalmente relevante.....	150

• Ponto relevante para debate:	
A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais	156
4. Conceito de resultado.....	156
5. Conceito de nexo causal.....	157
5.1 Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva).....	158
5.2 Causas independentes e relativamente independentes.....	165
5.2.1 Concausas e seus efeitos.....	165
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios.....	172
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria	172
5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante.....	173
5.3.3 Dever de agir.....	173
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei	173
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado	174
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco	174
6. Conceito de tipicidade e excludentes	174
6.1 Adequação social.....	175
6.2 Insignificância.....	176
Síntese	179

Capítulo XIV

ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo	181
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico	182
3. Características do dolo.....	182
4. Conceito de dolo direto.....	183
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	183
5. Conceito de dolo indireto ou eventual.....	183
• Ponto relevante para debate:	
A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito	184
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	185
7. Outras classificações do dolo	185
8. Conceito de culpa	187
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente.....	187
10. Elementos da culpa.....	188

11. Situações peculiares no campo da culpa.....	189
12. Espécies de culpa.....	190
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional.....	191
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	191
Síntese	193

Capítulo XV

CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito	197
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso.....	197
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	198
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	199
Síntese	201

Capítulo XVI

ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	203
2. Excludentes de ilicitude.....	204
3. Classificação das excludentes de ilicitude.....	204
4. Elemento subjetivo nas excludentes	205
5. Conceito de estado de necessidade.....	207
5.1 Espécies de estado de necessidade.....	207
5.2 Requisitos do estado de necessidade.....	209
5.2.1 Existência de perigo atual	209
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo.....	210
• Ponto relevante para debate:	
A valoração da vontade no contexto da produção do perigo.....	210
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	211
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro	212
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	212
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo.....	212
5.3 Causa de diminuição de pena	213
6. Conceito e fundamento da legítima defesa	213
6.1 Elementos da legítima defesa	214
6.1.1 Injustiça da agressão	214
6.1.2 Atualidade ou iminência da agressão	215

6.1.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	216
•	Ponto relevante para debate:	
	A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	218
6.1.4	Utilização dos meios necessários para a reação.....	220
6.1.5	Moderação da reação.....	221
6.1.6	Proporcionalidade na legítima defesa.....	222
6.1.6.1	Ofendículos.....	223
•	Ponto relevante para debate:	
	A natureza jurídica dos ofendículos.....	223
6.2	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa.....	226
6.2.1	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	226
6.2.2	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	227
6.2.3	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis.....	227
6.2.4	Legítima defesa sucessiva.....	227
6.2.5	Legítima defesa contra multidão.....	228
6.2.6	Legítima defesa contra provocação.....	228
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	228
6.2.8	Legítima defesa por omissão.....	229
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	230
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal.....	230
7.1	Situações de cumprimento de dever legal.....	231
8.	Conceito de exercício regular de direito.....	231
8.1	Situações de exercício regular de direito.....	232
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	233
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido.....	233
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	234
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores.....	234
8.2.4	As lesões praticadas no esporte.....	234
9.	Consentimento do ofendido.....	235
•	Ponto relevante para debate:	
	O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	238
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	240
10.	Os excessos no contexto das excludentes.....	241

10.1 Modalidades de excessos	242
Síntese	244

Capítulo XVII
CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade	247
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	251
1.2 Conceito de coculpabilidade.....	252
2. Excludentes de culpabilidade	253
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato.....	253
2.1.1 Imputabilidade penal.....	253
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado....	255
• Ponto relevante para debate:	
A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>).....	258
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental.....	259
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício.....	260
2.1.4 Menoridade.....	260
• Ponto relevante para debate:	
O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos	262
2.2 Excludentes concernentes ao fato.....	262
2.2.1 Coação moral irresistível.....	262
• Ponto relevante para debate:	
A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas	264
2.2.2 Obediência hierárquica	264
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	265
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa	266
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i>	267
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior.....	269
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita.....	269
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas	270
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa	270
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental.....	271
3. Emoção e paixão	271
3.1 Emoção	271
3.2 Paixão.....	272
Síntese	273

Capítulo XVIII
CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado.....	275
2. Tentativa	275
2.1 Conceito de crime tentado	275
2.2 Natureza jurídica da tentativa	276
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	277
2.4 Dolo e culpa na tentativa	278
2.5 Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	278
• Ponto relevante para debate:	
Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime	280
2.6 Tentativa e dolo eventual	282
2.7 Tentativa e crime de ímpeto	285
2.8 Crimes que não admitem a tentativa	286
2.9 Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	289
2.10 Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	289
2.11 Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	290
3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	290
3.1 Conceito de desistência voluntária.....	290
3.1.1 Desistência momentânea	290
3.1.2 O problema da execução retomada	291
3.2 Conceito de arrependimento eficaz	292
3.3 Natureza jurídica	293
3.4 Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	294
3.5 Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa.....	294
4. Arrependimento posterior.....	295
4.1 Conceito.....	295
4.2 Natureza jurídica	295
4.3 Requisitos para a aplicação.....	295
• Ponto relevante para debate:	
A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior.....	297
4.4 Critérios para a diminuição da pena	299
4.5 Análise crítica da Súmula 554 do STF	299
4.6 Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	300
5. Crime impossível	300
5.1 Conceito e natureza jurídica	300

5.2	Fundamento da não punição do crime impossível	300
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo.....	301
5.4	Análise dos elementos do crime impossível.....	301
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível	302
•	Ponto relevante para debate:	
	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível.....	303
	Síntese	304

Capítulo XIX

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1.	Conceitos de erro e ignorância.....	309
2.	Conceito de erro de tipo	309
3.	Possibilidade de punição por crime culposo.....	310
4.	Erro escusável e erro inescusável.....	310
5.	Erro essencial e erro acidental.....	310
6.	Erro quanto à pessoa	311
7.	Erro determinado por terceiro	311
8.	Conceito de erro de proibição.....	311
9.	Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	312
10.	Erro de proibição escusável e inescusável	312
11.	Diferença entre crime putativo e erro de proibição	313
12.	Conceito de descriminantes putativas	313
13.	Divisão das descriminantes putativas	313
14.	Natureza jurídica das descriminantes putativas	314
	Síntese	316

Capítulo XX

CONCURSO DE PESSOAS

1.	Conceito de concurso de pessoas	321
2.	Teorias do concurso de pessoas	321
3.	Distinção entre coautoria e participação	322
4.	Critérios quanto à punição do partícipe	323
5.	Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	324
6.	As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984	324
6.1	Punição do coautor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”	324
6.2	Participação de menor importância	325
6.3	Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta)....	326
7.	Requisitos do concurso de agentes	326

8. Autoria mediata.....	327
9. Autoria colateral.....	327
• Ponto relevante para debate:	
A coautoria e a participação em crime culposo	328
10. Participação por omissão e conivência	329
11. Coautoria em crime omissivo	329
• Ponto relevante para debate:	
A participação posterior à consumação do crime	330
12. Participação e cumplicidade.....	331
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	331
• Ponto relevante para debate:	
A comunicação aos coautores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo	332
13.1 Exceção quanto à elementar do crime	332
14. Casos de impunibilidade	335
Síntese	336

Capítulo XXI TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena	337
2. Teorias extremadas da pena.....	338
3. Garantismo penal.....	340
• Pontos relevantes para debate:	
Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal	341
A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo	342
Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa	343
4. Cominação das penas	345
5. Princípios da pena	345
6. Espécies de penas	346
Síntese	346

Capítulo XXII PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	347
2. Regime progressivo de cumprimento da pena	348
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	354
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura	354

5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	355
6. Imprescindibilidade do regime fechado	355
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	356
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime	357
9. Regime fechado	358
• Pontos relevantes para debate:	
A aplicação do regime fechado à pena de detenção	359
A viabilidade da progressão por salto.....	359
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo	361
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado	362
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado	363
• Ponto relevante para debate:	
A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	364
9.4 Trabalho externo do condenado.....	365
10. Regime semiaberto	365
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	365
10.2 Situação do índio	366
11. Regime aberto.....	366
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	366
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto	367
12. Direitos do preso.....	367
12.1 Direito à visita íntima	367
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio	368
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso	368
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena	369
13. Trabalho do preso	370
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório	370
13.2 Trabalho do preso e remição.....	370
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	371
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	371
13.2.3 Remição pelo estudo.....	372
• Ponto relevante para debate:	
A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar	372
14. Superveniência de doença mental	373
15. Detração	374

15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	374
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração ...	374
15.3 Detração e pena de multa.....	375
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena	375
15.5 Detração e suspensão condicional da pena	375
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas.....	376
Síntese	376

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos	379
2. Natureza jurídica	379
3. Espécies de penas restritivas de direitos	380
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	381
• Ponto relevante para debate:	
A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados.....	382
5. Momentos para a conversão.....	385
6. Exigências para a conversão	385
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	386
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	388
8.1 Prestação pecuniária	388
• Ponto relevante para debate:	
A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas.....	390
8.2 Perda de bens ou valores.....	391
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	392
8.4 Interdição temporária de direitos.....	393
8.5 Limitação de fim de semana	394
Síntese	394

Capítulo XXIV

PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa	395
2. Critérios para a fixação da pena de multa	396
• Ponto relevante para debate:	
O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	397
3. O valor do dia-multa em salário mínimo	398
4. Atualização monetária da multa	399

5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	355
6. Imprescindibilidade do regime fechado	355
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	356
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime	357
9. Regime fechado	358
• Pontos relevantes para debate:	
A aplicação do regime fechado à pena de detenção	359
A viabilidade da progressão por salto.....	359
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo	361
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado	362
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado	363
• Ponto relevante para debate:	
A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	364
9.4 Trabalho externo do condenado.....	365
10. Regime semiaberto	365
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	365
10.2 Situação do índio	366
11. Regime aberto.....	366
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	366
11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto	367
12. Direitos do preso.....	367
12.1 Direito à visita íntima	367
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio.....	368
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso	368
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena	369
13. Trabalho do preso	370
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório	370
13.2 Trabalho do preso e remição.....	370
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave.....	371
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	371
13.2.3 Remição pelo estudo.....	372
• Ponto relevante para debate:	
A remição pelo estudo e o aproveitamento escolar	372
14. Superveniência de doença mental	373
15. Detração	374

15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	374
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração ...	374
15.3 Detração e pena de multa.....	375
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena	375
15.5 Detração e suspensão condicional da pena	375
15.6 Detração e penas alternativas previstas ao usuário de drogas.....	376
Síntese	376

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos	379
2. Natureza jurídica	379
3. Espécies de penas restritivas de direitos	380
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	381
• Ponto relevante para debate:	
A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados.....	382
5. Momentos para a conversão	385
6. Exigências para a conversão	385
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	386
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	388
8.1 Prestação pecuniária	388
• Ponto relevante para debate:	
A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas.....	390
8.2 Perda de bens ou valores.....	391
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	392
8.4 Interdição temporária de direitos.....	393
8.5 Limitação de fim de semana	394
Síntese	394

Capítulo XXIV

PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa	395
2. Critérios para a fixação da pena de multa	396
• Ponto relevante para debate:	
O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	397
3. O valor do dia-multa em salário mínimo	398
4. Atualização monetária da multa	399

5. Pagamento da multa	400
6. Multa como dívida de valor	400
• Ponto relevante para debate:	
A competência judiciária para a execução da pena pecuniária	400
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição	401
Síntese	401

Capítulo XXV
APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito	403
• Ponto relevante para debate:	
As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário.....	403
2. Circunstâncias judiciais	404
3. Pena-base	404
3.1 Critérios para a fixação da pena-base	405
4. Elementos do art. 59 do Código Penal.....	411
4.1 Culpabilidade	411
• Ponto relevante para debate:	
Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor	412
4.2 Antecedentes	416
• Ponto relevante para debate:	
O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i>	416
4.3 Conduta social	417
4.4 Personalidade	418
4.5 Motivos do crime.....	419
4.6 Circunstâncias do crime	419
4.7 Consequências do crime.....	419
4.8 Comportamento da vítima	421
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	423
6. Substituição da pena privativa de liberdade	424
7. Agravantes e atenuantes.....	424
7.1 Agravantes	424
7.1.1 Motivo fútil	425
7.1.2 Motivo torpe	426
7.1.3 Motivação torpe específica	426
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido	427

7.1.5	Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum.....	427
7.1.6	Relações familiares	428
7.1.7	Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher	428
7.1.8	Abuso de poder e violações de dever	429
7.1.9	Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	430
7.1.10	Ofendido sob proteção da autoridade	432
7.1.11	Situação de desgraça particular ou calamidade pública	432
7.1.12	Embriaguez preordenada	432
7.1.13	Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	433
	7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa	433
	7.1.13.2 Coação ou indução ao crime	433
	7.1.13.3 Instigação ou determinação para o delito	433
	7.1.13.4 Criminoso mercenário.....	433
7.1.14	Reincidência	434
	7.1.14.1 Conceito.....	434
•	Ponto relevante para debate:	
	A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	434
	7.1.14.2 Espécies de reincidência	435
•	Ponto relevante para debate:	
	A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.....	435
	7.1.14.3 Efeitos da reincidência.....	436
	7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior	437
	7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios	437
	7.1.14.6 Crime político	438
7.2	Atenuantes	439
	7.2.1 Menoridade relativa	439
	7.2.2 Senilidade	440
	7.2.3 Desconhecimento da lei	441
	7.2.4 Relevante valor social ou moral	442
	7.2.5 Arrependimento.....	442
	7.2.6 Coação resistível.....	443
	7.2.7 Cumprimento de ordem superior.....	443
	7.2.8 Violenta emoção	443
	7.2.9 Confissão espontânea	443
	7.2.10 Influência de multidão, em meio a tumulto	445
	7.2.11 Atenuante inominada.....	445

7.3	Concurso de agravantes e atenuantes	446
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	446
8.	Cálculo da pena.....	448
8.1	Sistemas para a fixação da pena	448
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras	450
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais	451
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição	451
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	451
	Síntese	453

Capítulo XXVI CONCURSO DE CRIMES

1.	Conceito e critério de análise	457
2.	Sistemas do concurso de crimes	457
2.1	Sistema da acumulação material	457
2.2	Sistema da exasperação da pena	458
2.3	Sistema da absorção	458
2.4	Sistema da acumulação jurídica	458
3.	Concurso material	459
3.1	Conceito.....	459
3.2	Crítérios para a aplicação da pena	459
3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	460
4.	Concurso formal	460
4.1	Conceito.....	460
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito	460
	• Ponto relevante para debate:	
	A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i>	461
4.3	Concurso material favorável ou benéfico	462
4.4	Concorrência de concursos	463
5.	Crime continuado	463
5.1	Conceito.....	463
5.2	Natureza jurídica	464
5.3	Teorias do crime continuado	464
5.4	Crimes da mesma espécie	466
5.5	Condições de tempo.....	467
5.6	Condições de espaço	467
5.7	Formas de execução	468

5.8 Outras circunstâncias semelhantes	468
• Ponto relevante para debate:	
O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional....	468
5.9 Critério de dosagem do aumento	469
5.10 Crime continuado e inimputabilidade	469
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos	470
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	470
5.13 Espécies de crime continuado	470
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual	471
• Ponto relevante para debate:	
A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas <i>no concurso de crimes</i>	471
6. Concurso de infrações e execução da pena.....	472
Síntese	472

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	477
2. Modalidades de erro na execução.....	477
3. Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	479
4. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	479
Síntese	480

Capítulo XXVIII

LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento	481
2. Unificação das penas em 30 anos	486
3. Modo de unificação	486
Síntese	487

Capítulo XXIX

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos	489
2. Natureza jurídica.....	490
3. Requisitos para a sua concessão.....	490
4. Espécies de <i>sursis</i>	491
• Ponto relevante para debate:	
A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	491

5. Pontos controversos.....	492
5.1 <i>Sursis</i> e indulto	492
5.2 Existência de processos em andamento	492
5.3 Réu ausente.....	493
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil	493
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário	494
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	495
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo.....	496
6. Período de prova e escolha das condições	496
7. Causas de revogação	498
7.1 Revogação obrigatória.....	498
7.2 Revogação facultativa.....	498
8. Prorrogação do período de prova.....	499
9. Finalização do <i>sursis</i>	500
Síntese	501

Capítulo XXX

LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos	503
2. Natureza jurídica	504
3. Requisitos para a sua concessão.....	504
3.1 Objetivos.....	504
3.2 Subjetivos.....	505
• Ponto relevante para debate:	
A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003.....	507
4. Duração do livramento	508
5. Pontos polêmicos	508
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	508
5.2 Livramento condicional cautelar	508
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	508
6. Parecer do Conselho Penitenciário	509
7. Soma das penas para efeito de livramento	509
8. Condições do livramento condicional	510
8.1 Obrigatórias.....	510

8.2	Facultativas.....	510
9.	Revogação do livramento.....	510
9.1	Causas obrigatórias.....	510
9.2	Causas facultativas.....	511
9.3	Prévia oportunidade de defesa.....	511
9.4	Livramento insubsistente.....	511
10.	Efeitos da revogação	511
11.	Extinção da pena e prorrogação automática	512
	Síntese	512

Capítulo XXXI

EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1.	Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação	513
2.	Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória	514
3.	Efeitos genéricos.....	515
3.1	Tornar certa a obrigação de reparar o dano	515
3.2	Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita	516
4.	Efeitos específicos	517
4.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	517
4.2	Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela ...	518
4.3	Inabilitação para dirigir veículo.....	519
	Síntese	520

Capítulo XXXII

REABILITAÇÃO

1.	Conceito	521
2.	Competência para a concessão de reabilitação	523
3.	Prazo e procedimento.....	523
4.	Indeferimento da reabilitação e recursos	524
5.	Reabilitação e reincidência	524
6.	Reabilitação <i>em porções</i>	524
	Síntese	525

Capítulo XXXIII

MEDIDAS DE SEGURANÇA

1.	Conceito	527
2.	Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	528
3.	Espécies de medidas de segurança.....	528

4. Extinção de punibilidade	529
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança	529
6. Sentença de absolvição imprópria	530
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial	530
8. Duração da medida de segurança.....	531
9. Culpabilidade e periculosidade	532
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução	532
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena	533
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena	534
12. Detração e medida de segurança	534
13. Exame de cessação da periculosidade	535
14. Condições para a desinternação ou liberação	536
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	537
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídium comum	537
Síntese	538

Capítulo XXXIV

AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal	539
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada	540
3. Critério de iniciativa da ação penal	540
4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo.....	541
5. Ação penal no crime complexo	543
Síntese	544

Capítulo XXXV

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade	545
2. Causas gerais e específicas	546
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	547
4. Momentos de ocorrência	547
5. Morte do agente	548
• Ponto relevante para debate:	
As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente.....	549
6. Anistia	550

7. Graça ou indulto individual	550
8. Indulto coletivo	552
9. <i>Abolitio criminis</i>	553
10. Decadência.....	553
11. Perempção.....	554
12. Renúncia e perdão	555
13. Retratação	556
14. Perdão judicial.....	557
• Ponto relevante para debate:	
A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	557
15. Prescrição	558
15.1 Conceito e teorias justificadoras.....	558
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	559
• Ponto relevante para debate:	
A prescrição da medida de segurança	560
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública	561
• Ponto relevante para debate:	
A influência da detração no cálculo prescricional.....	562
15.4 Modalidades de prescrição.....	563
• Ponto relevante para debate:	
A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado	564
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	567
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	570
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP.....	571
15.7 Causas interruptivas da prescrição	571
• Ponto relevante para debate:	
A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado	574
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas	575
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	575
17. Prescrição em leis especiais	577
18. Prescrição e perdão judicial.....	577
Síntese	578

PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

Título I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – Art. 121	591
• Ponto relevante para debate:	
A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	594
• Pontos relevantes para debate:	
A existência de homicídio simples hediondo.....	596
A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de extermínio	597
A existência de homicídio qualificado-privilegiado.....	597
A aceitação do homicídio qualificado-privilegiado hediondo.....	598
A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio.....	598
O homicídio sem motivo	599
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – Art. 122	600
• Pontos relevantes para debate:	
O auxílio por omissão.....	602
A solução da situação denominada pacto de morte.....	602
Infanticídio – Art. 123	603
• Ponto relevante para debate:	
O concurso de pessoas no infanticídio.....	605
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124	605
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – Art. 125	607
Aborto provocado por terceiro com consentimento – Art. 126	608
Formas qualificadas de aborto – Art. 127	610
Excludentes de ilicitude – Art. 128	611
• Pontos relevantes para debate:	
A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida.....	613
A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	613
A autorização do aborto eugênico	614

Capítulo II
DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – Art. 129.....	617
• Ponto relevante para debate:	
A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal.....	628

Capítulo III
DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130.....	629
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131.....	631
• Ponto relevante para debate:	
Transmissão do vírus da AIDS.....	632
Perigo para a vida ou saúde de outrem – Art. 132.....	633
Abandono de incapaz – Art. 133.....	634
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134.....	636
Omissão de socorro – Art. 135.....	638
• Ponto relevante para debate:	
As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio	640
Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – Art. 135-A.....	640
Maus-tratos – Art. 136.....	642

Capítulo IV
DA RIXA

Rixa – Art. 137.....	645
----------------------	-----

Capítulo V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – Art. 138.....	647
Difamação – Art. 139.....	650
Injúria – Art. 140.....	652
Disposições comuns – Arts. 141 a 145	655

Capítulo VI
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Seção I
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

Constrangimento ilegal – Art. 146.....	661
Ameaça – Art. 147.....	664

Sequestro e cárcere privado – Art. 148.....	665
Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149.....	667

Seção II

DOS CRIMES CONTRA
A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO

Violação de domicílio – Art. 150.....	669
---------------------------------------	-----

Seção III

DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE
DE CORRESPONDÊNCIA

Violação de correspondência – Art. 151.....	673
• Ponto relevante para debate:	
A violação da correspondência dos cônjuges.....	675
Violação de correspondência comercial – Art. 152.....	676

Seção IV

DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS

Divulgação de segredo – Art. 153.....	677
Violação do segredo profissional – Art. 154.....	679
Violação de dispositivo informático – Art. 154-A.....	680

Título II

DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I
DO FURTO

Furto – Art. 155.....	685
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da casa habitada no furto noturno.....	694
O furto de coisas de estimação.....	694
O furto de cadáver.....	694
O furto de coisas de ínfimo valor.....	694
O furto de uso como crime.....	695
A trombada como furto ou roubo.....	695
A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	696
Furto de coisa comum – Art. 156.....	696

Capítulo II DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – Art. 157	699
• Pontos relevantes para debate:	
O roubo de uso	705
A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade	706
A existência da tentativa no roubo impróprio.....	706
O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento.....	707
Extorsão – Art. 158	708
• Ponto relevante para debate:	
A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago	713
Extorsão mediante sequestro – Art. 159	714
• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica.....	718
Extorsão indireta – Art. 160.....	718

Capítulo III DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, <i>caput</i>	721
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.º, I.....	722
Ebulho possessório – Art. 161, § 1.º, II.....	724
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162	725

Capítulo IV DO DANO

Dano – Art. 163	727
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164	729
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.....	730
Alteração de local especialmente protegido – Art. 166.....	731
Ação penal – Art. 167	733

Capítulo V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168.....	735
Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A	737
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169.....	739
Causa de diminuição de pena – Art. 170	740

Capítulo VI
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – Art. 171	741
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.).....	744
O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral	744
O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade.....	744
O estelionato como delito permanente	744
A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal	744
A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia ...	745
O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo	745
O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição	745
O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime.....	746
Duplicata simulada – Art. 172.....	746
Abuso de incapazes – Art. 173.....	748
Induzimento à especulação – Art. 174	749
Fraude no comércio – Art. 175.....	750
Outras fraudes – Art. 176.....	752
• Ponto relevante para debate:	
A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176.....	754
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177.....	754
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – Art. 178	757
Fraude à execução – Art. 179.....	758

Capítulo VII
DA RECEPÇÃO

Recepção – Art. 180	761
---------------------------	-----

Capítulo VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – Arts. 181 a 183	765
• Pontos relevantes para debate:	
O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição.....	767
A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável...	768

Título III

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184.....	771
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio – Art. 185.....	774
Ação penal – Art. 186	775

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187.....	777
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188	777
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado – Art. 189....	777
Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho – Art. 190	778
Ação penal – Art. 191	778

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192	779
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193.....	779
Marca com falsa indicação de procedência – Art. 194.....	780
Ação penal – Art. 195	780

Capítulo IV

DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal – Art. 196	781
---------------------------------------	-----

Título IV

DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197	783
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – Art. 198	785
Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199.....	786
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200....	787
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – Art. 201	789
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202....	790
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203	791
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – Art. 204	793

Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205.....	794
Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206.....	795
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – Art. 207.....	796

Título V

DOS CRIMES
CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO
E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208	801
---	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209.....	805
Violação de sepultura – Art. 210.....	807
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211.....	808
Vilipêndio a cadáver – Art. 212.....	809

Título VI

DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213	813
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa	817
A análise do grau de resistência da vítima.....	817
O estupro como crime único de condutas alternativas.....	818
A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único	820
A aplicação retroativa da nova figura do estupro	821
A necessidade de criação de um tipo penal intermediário.....	821
O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação	822
Atentado violento ao pudor – Art. 214.....	825
Violação sexual mediante fraude – Art. 215.....	825
Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216.....	827
Assédio sexual – Art. 216-A.....	827

• Pontos relevantes para debate:	
A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a).....	830
A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel	830
A paixão do agente pela vítima	831

Capítulo II

DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução – Art. 217	833
Estupro de vulnerável – Art. 217-A	833
• Ponto relevante para debate:	
Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa.....	837
Mediação de vulnerável para servir à lascívia de outrem (rubrica inserida pelo autor) – Art. 218.....	838
Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A.....	840
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável – Art. 218-B.....	842

Capítulo III

DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude – Art. 219.....	847
Rapto consensual – Art. 220	847
Diminuição de pena – Art. 221	848
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222.....	848

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas – Art. 223.....	849
Presunção de violência – Art. 224.....	849
Ação penal – Art. 225	849
• Ponto relevante para debate:	
Espécie de ação quando houver resultado lesão grave ou morte.....	851
Aumento de pena – Art. 226.....	852

Capítulo V

DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227	853
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228.....	855

Favorecimento da exploração sexual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 229.....	858
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade	862
A inviabilidade da prisão em flagrante.....	862
Rufianismo – Art. 230.....	864
• Ponto relevante para debate:	
A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo	866
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231	866
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A	868

Capítulo VI

DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233	871
• Ponto relevante para debate:	
A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica....	873
Escrito ou objeto obsceno – Art. 234.....	873
• Ponto relevante para debate:	
A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal	875

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A	877
• Ponto relevante para debate:	
Mulher estupra homem e engravida: aplicabilidade da causa de aumento	878
Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 234-B.....	878
Art. 234-C (<i>Vetado.</i>)	879

Título VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235.....	883
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236.....	885
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237.....	887

Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238.....	888
Simulação de casamento – Art. 239.....	889
Adulterio – Art. 240.....	890

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – Art. 241.....	891
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – Art. 242.....	892
Sonegação de estado de filiação – Art. 243.....	894

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – Art. 244.....	897
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245.....	899
Abandono intelectual – Art. 246.....	900
Abandono moral – Art. 247.....	901

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248.....	903
• Ponto relevante para debate: A necessidade de ser efetivada a fuga.....	904
Subtração de incapazes – Art. 249.....	905

Título VIII

DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I

DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – Art. 250.....	909
Explosão – Art. 251.....	912
Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252.....	914
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – Art. 253.....	915
Inundação – Art. 254.....	916
Perigo de inundação – Art. 255.....	917

Desabamento ou desmoronamento – Art. 256	919
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257	920
Formas qualificadas de crime de perigo comum – Art. 258.....	921
Difusão de doença ou praga – Art. 259.....	922

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – Art. 260.....	925
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261	927
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262.....	929
Forma qualificada – Art. 263	930
Arremesso de projétil – Art. 264.....	931
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265.....	932
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública – Art. 266	934

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267	937
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268	938
Omissão de notificação de doença – Art. 269	940
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270 ...	941
Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271	943
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272.....	944
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273	946
• Ponto relevante para debate:	
A inconstitucionalidade da pena cominada às figuras incriminadoras do art. 273 do Código Penal	948
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274.....	949
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275.....	951
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276.....	952
Substância destinada à falsificação – Art. 277	953
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278.....	954
Substância avariada – Art. 279	956
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280	956
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281	957

Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – Art. 282	957
Charlatanismo – Art. 283	958
Curandeirismo – Art. 284	960
Forma qualificada – Art. 285	961

Título IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286.....	963
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287	965
• Ponto relevante para debate:	
Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	966
Associação criminosa – Art. 288.....	966
• Pontos relevantes para debate:	
A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado...	970
A possibilidade de concurso de pessoas.....	971
O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância	971
Constituição de milícia privada – Art. 288-A	971

Título X

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I

DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – Art. 289.....	975
Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290.....	977
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291.....	979
Emissão de título ao portador sem permissão legal – Art. 292.....	981

Capítulo II

DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – Art. 293	985
Petrechos de falsificação – Art. 294	988
Causa de aumento de pena – Art. 295.....	990

Capítulo III

DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – Art. 296.....	991
Falsificação de documento público – Art. 297	994

Falsificação de documento particular – Art. 298.....	997
Falsidade ideológica – Art. 299	1000
• Pontos relevantes para debate:	
As diferenças entre falsidade material e ideológica	1002
A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco	1003
Falso reconhecimento de firma ou letra – Art. 300.....	1003
Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301	1005
• Ponto relevante para debate:	
A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente.....	1007
Falsidade de atestado médico – Art. 302.....	1008
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303.....	1009
Uso de documento falso – Art. 304.....	1011
• Pontos relevantes para debate:	
A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento	1013
O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento.....	1013
Supressão de documento – Art. 305	1014

Capítulo IV DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – Art. 306	1017
Falsa identidade – Art. 307	1019
• Ponto relevante para debate:	
O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva	1021
Falsa identidade – Art. 308	1022
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309	1024
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310	1025
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311	1027

Capítulo V DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A.....	1029
• Ponto relevante para debate:	
Cola eletrônica e tipificação penal.....	1032

Título XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A
ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312.....	1035
• Ponto relevante para debate:	
O peculato de uso e o crime previsto no art. 312.....	1038
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313	1039
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A.....	1041
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B ...	1043
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314	1044
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315.....	1046
Concussão – Art. 316.....	1047
• Ponto relevante para debate:	
O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão	1049
Corrupção passiva – Art. 317	1050
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318.....	1052
Prevaricação – Art. 319	1054
Prevaricação – Art. 319-A.....	1055
Condescendência criminosa – Art. 320	1058
Advocacia administrativa – Art. 321	1059
Violência arbitrária – Art. 322.....	1061
Abandono de função – Art. 323	1062
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324.....	1064
Violação de sigilo funcional – Art. 325	1066
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326.....	1067
Funcionário público – Art. 327	1068
• Pontos relevantes para debate:	
O conceito de entidade paraestatal.....	1069
A possibilidade do conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime	1070

Capítulo II
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328.....	1071
---	------

Resistência – Art. 329	1073
• Ponto relevante para debate:	
O concurso entre os crimes de resistência e roubo	1075
Desobediência – Art. 330	1075
• Ponto relevante para debate:	
O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário.....	1079
Desacato – Art. 331	1080
Tráfico de influência – Art. 332.....	1082
Corrupção ativa – Art. 333.....	1083
Contrabando ou descaminho – Art. 334.....	1085
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335.....	1088
Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336	1088
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337.....	1090
Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A	1091

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B.....	1095
Tráfico de influência em transação comercial internacional – Art. 337-C.....	1097
Funcionário público estrangeiro – Art. 337-D	1098

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338.....	1101
Denúnciação caluniosa – Art. 339	1102
• Ponto relevante para debate:	
A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa....	1105
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340	1106
Autoacusação falsa – Art. 341.....	1107
• Ponto relevante para debate:	
A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender	1109
Falso testemunho ou falsa perícia – Art. 342.....	1109
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade.....	1111
O concurso de pessoas no crime de falso	1114
Suborno – Art. 343.....	1115

Coação no curso do processo – Art. 344.....	1116
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345	1118
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 346	1119
Fraude processual – Art. 347	1120
Favorecimento pessoal – Art. 348	1122
Favorecimento real – Art. 349	1124
Favorecimento real – Art. 349-A.....	1125
Exercício arbitrário ou abuso de poder – Art. 350.....	1127
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351.....	1128
Evasão mediante violência contra pessoa – Art. 352.....	1130
Arrebatamento de preso – Art. 353	1131
Motim de presos – Art. 354	1132
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355	1133
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356.....	1135
Exploração de prestígio – Art. 357.....	1136
Violência ou fraude em arrematação judicial – Art. 358	1138
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359.....	1139

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – Art. 359-A	1143
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B	1145
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C	1147
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D	1149
Prestação de garantia graciosa – Art. 359-E	1150
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F.....	1151
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-G.....	1153
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H.....	1155
BIBLIOGRAFIA	1157
OBRAS DO AUTOR.....	1181